

A história do primeiro parque infantil municipal de Sorocaba: o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola

2

Suad Aparecida Ribeiro de Oliveira*

Resumo: O estudo divulga pesquisa sobre o contexto histórico e as circunstâncias da criação e instalação do Parque Infantil “Antonio Carlos de Barros”, o primeiro da cidade de Sorocaba/SP, no atendimento de pré-escolar municipal. Essa instituição surgiu pela necessidade de atender criança e família. Faz-se aqui, ainda, um breve histórico das primeiras instituições de atendimento infantil no Brasil e na cidade de São Paulo, observando-se que a preocupação era com a saúde, alimentação, higiene e sobrevivência, visto o precário saneamento e as moléstias que afetavam a criança, acarretando altos índices de mortalidade. Tal atendimento teve impulso com a expansão no Brasil de uma nova concepção que, nas décadas de 20 e 30 (séc. XX), foi importante para a ação do Estado e da sociedade quanto à criação e à melhoria desse tipo de instituição que priorizava as necessidades da criança, incentivando-a à aprendizagem e ao desenvolvimento psicológico e social, até ali ausentes. Em setembro de 1954, o parque foi inaugurado, tornando-se o pioneiro no atendimento infantil em Sorocaba, voltando-se à população menos favorecida pelas políticas públicas. A crescente intensificação do trabalho feminino foi um dos principais motivos que levaram a sociedade a pensar em um ambiente que contemplasse as carências específicas da criança. Isso ensejou movimentos por parte, notadamente, de um professor idealista, José Carlos de Almeida, que influenciou a sociedade civil e os órgãos governamentais, a fim de que o atendimento de pré-escolares em Sorocaba se tornasse realidade.

Palavras-chave: Educação Infantil. Infância. História da educação. Fontes e fundamentos.

*The history of the first municipal playground in Sorocaba:
the historical context and the specific circumstances of the
creation and installation of a school*

* Gestora de Desenvolvimento Educacional na Prefeitura de Sorocaba/SP. Mestranda em Educação pela Universidade de Sorocaba (Uniso).

Abstract: The study disseminates research on the historical context and circumstances of creation and installation of first Municipal Children's playground "Antonio Carlos de Barros", in the city of Sorocaba-SP in municipal pre-school. This institution has emerged the need to meet the child and family. It is here also a brief history of the first institutions of child care in Brazil and in São Paulo, noting that their concern was with health, nutrition, health and survival, given the poor sanitation and diseases affecting the child, leading to high mortality rates. This intervention was boosted by expansion in Brazil of a new design that, in the 20 and 30, was important for the action of state and society regarding the establishment and improvement of this type of institution that prioritized the needs of the child, encouraging them to learn and psychological and social development, hitherto absent. In September 1954, the park was opened, becoming a pioneer in child care in Sorocaba, turning to the less favored by public policy. The increasing intensification of women's work was one of the main reasons that led the company to think in an environment that included the specific needs of the child. This opportunity moves by, mainly, an idealistic teacher, José Carlos de Almeida, which influenced the civil society and government agencies so that the medical care of preschool children in Sorocaba became a reality.

Keywords: Early Childhood Education. Childhood. History of education. Sources and foundations.

Educação Infantil no Brasil

Segundo Del Priore (2000), no período da escravidão no Brasil, as crianças escravas que escapavam da morte prematura iam aos poucos perdendo os pais, pois essas crianças eram doadas pelos seus "proprietários", doações que aconteciam geralmente quando a criança era batizada, favorecendo principalmente seus familiares. A criança escrava, a partir dos 4 anos, já começava a fazer pequenas atividades auxiliares – os meninos ajudavam os pais na criação de gado e nas plantações, e as meninas ajudavam as mães em tarefas domésticas.

O pequeno Gastão, aos quatro anos já desempenhava tarefas domésticas leves na fazenda de José de Araújo Rangel [...]. Manoel aos oito anos, já pastoreava o gado da fazenda de Guaxindiba, pertencente à baronesa de Macaé. Rosa, escrava de Josefa Maria Viana, aos 11 anos de idade dizia-se ser costureira. Aos 14 anos trabalhava-se como adulto. (DEL PRIORE, 2000, p. 184).

Del Priore (2000, p. 12-13) relata que as primeiras iniciativas voltadas à educação da criança tiveram um caráter higienista, trabalho realizado por médicos e damas beneficentes, que tentavam diminuir o alto índice de mortalidade infantil, atribuído a nascimentos ilegítimos da união entre escravas e senhores e à falta de educação física, moral e intelectual das mães. Com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, crianças e adolescentes de antigas senzalas, por falta de opções, continuaram a trabalhar nas fazendas, mesmo sem ter condições básicas de alimentação, saúde e educação.

Kishimoto (2000, p. 473) afirma ter havido diferentes tipos de estabelecimentos infantis no Brasil, quais sejam *asilos infantis para órfãos ou orfanatos, asilos para crianças expostas e asilos para crianças abandonadas ou delinquentes*, subdivisão que servia para classificar os menores de acordo com certas condições de vida que levavam os pais a abandonar seus filhos:

As Casas dos Expostos recebiam os bebês abandonados nas “rodas” – cilindros de madeira que permitiam o anonimato de quem ali deixasse a criança – para depois encaminhá-los a amas que os criariam até a idade de ingressarem em internatos. (KUHLMANN JÚNIOR, 2000, p. 473).

No Brasil os Asilos dos Expostos eram chamados Casa dos Expostos ou Roda dos Expostos, destinada a crianças abandonadas, fruto de união não legítima, ou para ali destinadas pelas condições miseráveis dos pais. (KISHIMOTO, 1988, p. 18). A Roda dos Expostos foi uma das instituições de longa duração principalmente no Brasil, sobrevivendo a três grandes regimes de nossa história. Criada na Colônia, multiplicou-se no Império, manteve-se na República, até ser extinta em 1950. (FREITAS, 2001, p. 51). A única função válida que prevalecia nesses asilos era a função da guarda da criança. Quanto às creches, a primeira instalada no Brasil ficava no Estado de São Paulo, no início da República. São as de Anália Franco e se confundem com asilos infantis por atender quase exclusivamente a órfãos. Em outros países, as creches diferenciam-se das casas de proteção de órfãos, por incorporar o objetivo social de amparar crianças durante a jornada de trabalho das mães, as quais, no começo do século XIX, devido ao crescimento industrial, passaram a exercer funções em fábricas. As creches populares no Brasil serviam para atender não

somente a filhos de mães que trabalhavam na indústria, mas também crianças que viviam em extrema miséria. As mães pobres que necessitavam trabalhar teriam onde deixar e a quem confiar os filhos menores que ainda não permitiam que fossem à escola. A creche para bebês serviria de apoio à família e exclusivamente às mães trabalhadoras. Já as populares atendiam somente no que se referia à alimentação, higiene e segurança física. (KISHIMOTO, 1988).

As **Escolas Maternais** tinham por objetivo o caráter educativo, buscando o desenvolvimento integral das crianças, diferentemente do preconceituoso nome *Salas de Asilos* que visava apenas à guarda dos pequenos.

A história dos **Jardins de Infância** começa no Brasil em 1875, quando Joaquim Menezes Vieira e sua esposa D. Carlota instalam um deles no Colégio Menezes Vieira, no Rio de Janeiro.

A instalação de Jardins de Infância na Escola Americana – dirigida por protestantes de São Paulo, em 1877 e no Colégio Americano, no Pará, em 1884, entre outros, destinava-se à população mais abastada, e esses funcionavam anexos aos estabelecimentos particulares de maior prestígio.

Com a República, cria-se o primeiro Jardim de Infância estadual, fruto do projeto político da burguesia do café que se instala no poder com o Partido Republicano Paulista, em 1896, anexo à Escola Normal. Nas primeiras décadas da República, a discriminação dos pobres fez surgir estabelecimentos pré-escolares distintos, conforme a classe social da criança.

Segundo Campos et al. (1993), a partir dos anos 30 do século XX, com o Estado de Bem-Estar Social e a aceleração da industrialização e urbanização, manifestam-se elevados graus de nacionalização das políticas sociais com a centralização do poder. Educadores brasileiros como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira aderiram a esses conceitos e ajudaram a determinar as bases da educação brasileira, cuja influência ainda é hoje reinante.

Nesse movimento de transformação em relação à Educação Infantil, um dos marcos determinantes foi “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932), que propunha uma educação não restrita à escola, mas presente em todo contexto social e a criação de parques infantis em São Paulo (1935), demonstrando uma preocupação

educacional com a criança pequena, ao privilegiar o lúdico e as manifestações culturais como elementos fundamentais para o processo educativo, numa perspectiva em que o educar, o recrear e o assistir favorecessem o desenvolvimento integral da criança.

Nos anos 70 (século XX), o Brasil absorve as teorias desenvolvidas nos Estados Unidos e na Europa, que defendiam o fato de as crianças mais pobres sofrerem de “privação cultural”, o que poderia explicar o fracasso escolar delas. Tal concepção vai direcionar por muito tempo a Educação Infantil, inaugurando uma visão assistencialista e compensatória, como afirma Oliveira (2005), ao afirmar que conceitos como carência, marginalização cultural e educação compensatória foram adotados sem uma reflexão crítica mais profunda sobre as raízes estruturais dos problemas sociais. Isso passou a influir também nas decisões políticas sobre Educação Infantil.

Nos anos 80 do século passado, os problemas referentes à educação pré-escolar passam a ser a ausência de uma política global e integrada; falta de coordenação entre programas educacionais e de saúde; predominância de um enfoque preparatório para o primeiro grau (Ensino Fundamental); insuficiência de docentes qualificados; escassez de programas inovadores e a falta de participação familiar e da sociedade. Em congressos como o da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e na CF/88, a educação pré-escolar passa a ser vista como necessária, um direito de todos e dever do Estado, devendo estar integrada ao sistema de ensino (creches e escolas).

A partir daí, tanto a creche quanto a pré-escola são incluídas nas políticas educacionais, seguindo uma concepção pedagógica, complementando a ação familiar, e não mais assistencialista. Essa perspectiva pedagógica considera a criança um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural, descaracterizando a educação compensatória que delegava à escola a responsabilidade de resolver os problemas da miséria.

Com a CF/88 tem-se a construção de um regime de cooperação entre estados e municípios nos serviços de saúde e educação fundamental. Há a reafirmação da gratuidade do ensino público em todos os níveis, e a creche e a pré-escola passam a ser um direito da criança de zero a 6 anos, garantido como parte do sistema de ensino básico (art. 54).

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, Lei 8.069/90, os municípios passam a ser responsáveis pela infância e adolescência, criando as diretrizes municipais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, além do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Nos anos 90 do século XX, ocorre uma ampliação da concepção de criança, entendendo-a, agora, como ser sócio-histórico, cuja aprendizagem se dá pelas interações entre a criança e o entorno social. Essa perspectiva sociointeracionista, cujo principal teórico foi Vygotski, considera a criança como sujeito social, parte de uma cultura concreta. (OLIVEIRA, 2005). Fortalece-se essa nova concepção de infância, garantindo em lei os direitos da criança como cidadã. Já a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9.394/96, incorpora a Educação Infantil ao primeiro nível da Educação Básica e formaliza a municipalização dessa etapa de ensino:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (LDB 9.394/96).

Em 1998, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) procura nortear o trabalho realizado com crianças de zero a 6 anos de idade, representando um avanço na busca de se estruturar melhor o papel da Educação Infantil, por trazer uma proposta que integra o cuidar e o educar, hoje um dos maiores desafios da Educação Infantil.

Educação Infantil no Estado de São Paulo

Segundo Freitas (2001), na área oficial, o pioneiro Jardim de Infância no município de São Paulo foi instalado no fim do século XIX e inaugurado em maio de 1896. Ficava na Praça da República em um edifício projetado por Ramos de Azevedo:

O edifício do *Kindergarten* – denominação na época – situa-se nos fundos da Escola Normal da Praça da República em uma área extensa, coberta de vegetação umbrosa – restos de uma antiga chácara. Formado por uma estrutura metálica imponente, que lhe confere magnífico efeito arquitetônico, o edifício sobressai-se na paisagem circundante. (FREITAS, 2001, p. 115).

Anexo à Escola Normal “Antonio Caetano de Campos”, que apesar de ser um estabelecimento público, ficou conhecido como escola-modelo, por ser reduto da elite paulistana, provocando reações entre alguns parlamentares que, por meio de projetos, procuraram torná-lo mais democrático. A finalidade básica da classe infantil criada anexa à essa Escola Normal era o de servir de estágio e dar aperfeiçoamento docente às normalistas.

No período que antecedeu a Revolução de 1930, alguns estados, em razão da ampliação do mercado interno e da imigração, adotaram os trabalhos feminino e infantil assalariados, agravando as condições de vida e trabalho da classe operária, principalmente em São Paulo. Conforme Decca (1987, p. 16), os trabalhadores urbanos tinham baixos salários e pouco poder de compra, jornadas diárias de oito horas para adultos e crianças, por vezes menores de 12 anos. Moravam e se alimentavam mal. A defesa do trabalho de crianças nas fábricas fundamentava-se em um argumento pretensamente moral e social, visando a retirar os menores do trabalho infantil e da “marginalização”. Para Faria (1993, p. 60), no período de 1920 a 1930, a classe operária oscilava entre a reivindicação de condições específicas para o trabalho das crianças e sua completa proibição, exigindo que frequentassem a escola.

Assim, os parques infantis foram criados com o intuito de atender à infância, sobretudo crianças oriundas da classe operária. Inspirados principalmente nas ideias de Fernando de Azevedo, modernizaram-se na gestão Mário de Andrade, no Departamento de Cultura. Pregavam (e praticavam) que a educação devia acontecer em espaços amplos, por meio de jogos e recreação, atentando para a higiene e a saúde dos educandos.

Embora muitos justificassem a necessidade de organizações infantis por motivos assistenciais (crianças abandonadas, órfãs ou de mulheres

trabalhadoras), a proposta era estendê-las a todas as crianças, mesmo da elite, para garantir a socialização.

Os primeiros parques infantis foram criados na cidade de São Paulo, na década de 30 do século XX. O Parque Infantil D. Pedro II, localizado no centro da cidade, baseava-se na ideia de lazer dirigido com caráter disciplinador, tornada possível graças à reorganização e ampliação do aparato administrativo municipal. Dessa experiência pioneira na organização da Educação Infantil pública, os demais parques foram instalados em bairros operários e industriais de São Paulo visando a atender aos filhos de operários paulistanos.

Mário de Andrade, cuja preocupação era com a *criança-cidadã*, por acreditar que o pequeno, além de aprender e consumir cultura, também produzia cultura, empreendeu realizações educacionais e culturais significativas, procurando levar cultura aos menos favorecidos, às crianças e à classe operária. Segundo Faria (1993, p. 6), ele se preocupava com a educação dos filhos dos operários e com a elevação da sua cultura, contribuindo para retirar o Brasil do “atraso” e construir a identidade nacional brasileira.

A dinâmica dos parques infantis evidenciava um grande interesse em relação à educação extraescolar: não era escola, nem pré-escola como as já existentes, mas um projeto pedagógico destinado a crianças em idade pré-escolar e, posteriormente, a adolescentes entre 12 e 15 anos. (FARIA, 1993, p. 81). Outros aspectos importantes eram quanto à parte social, ao preparo para o convívio social, à solidariedade, à colaboração, ao bem-estar da comunidade e à educação higiênica. Para Miranda (1938, p. 21), Educação Física, jogos, torneios, bibliotecas, jornais e clubes resumem os processos usados para integrar a criança, como também a música, o teatro, o coral, o desenho, a carpintaria, a marcenaria, a modelagem, o bordado, o tricô, as costuras, os festivais e as excursões educativas.

Segundo Kishimoto (1988), o objetivo dos parques visava à participação das famílias ou mães no projeto educativo. Apesar de um aparente assistencialismo e caráter disciplinador, esses podem ser considerados um projeto educacional alternativo, que pretendia garantir o “direito à infância” e o “direito de brincar” às crianças, filhos de famílias operárias.

Conforme Faria (1993), tais escolas privilegiavam o aspecto lúdico nas brincadeiras, nos jogos tradicionais, enfim, eram os objetivos oficiais dessas “escolas populares de saúde e alegria”. Pode-se afirmar que constituíram um espaço pioneiro de educação pública, destinado a crianças de 3 a 7 anos de idade.

Educação Infantil em Sorocaba: o primeiro parque infantil

No fim do século XIX e início do século XX, Sorocaba era uma próspera cidade brasileira, contando com várias indústrias, sobretudo têxteis. Iniciava a construção da Estrada de Ferro Sorocabana (1875), pois Sorocaba contava com 20 mil habitantes. (OLIVEIRA, 2002, p. 38). Em razão da expansão vieram muitos imigrantes, principalmente espanhóis, cuja maioria se instalou no Bairro do Além Ponte, até então com poucas casas e terrenos baratos, sendo, por isso, preferido pelos imigrantes em sua nova pátria. Muitos dos espanhóis que vieram para o Brasil eram analfabetos e por isso tinham menor qualificação profissional.

A partir dos anos 20 (séc. XX), com as mudanças sociais e políticas no Brasil, o setor público começa a dar maior importância ao atendimento de crianças. O governo Washington Luís, interessado em criar melhores condições para o desenvolvimento da indústria paulista, instala a primeira escola maternal oficial em 1920, que reforma a instrução pública. O deputado estadual por Sorocaba, Campos Vergueiro, para criar melhores condições educacionais e conquistar correligionários, também cria a primeira Escola Maternal em Sorocaba, em 1924, nas empresas da Companhia Nacional de Estamparia, a fim de atender aos filhos de operários. (KISHIMOTO, 1988, p. 70-72).

A educação para a infância, porém, ampliou-se em 1930, quanto a métodos de ensino e concepções. Escolas Maternais, Creches e Jardins de Infância despertaram novos olhares para a Educação Infantil, aumentando o número dessas instituições, como recomendava o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” (1932): “O desenvolvimento das instituições de educação e assistência física e psíquica às crianças na idade pré-escolar (creches, escolas maternais e jardins de infância)”. (KUHLMANN JÚNIOR, 2000, p. 482).

No entanto, Sorocaba, conhecida como “Manchester Paulista”, e pioneira no ramo industrial de tecelagem de algodão, só passaria a contar com uma escola de Educação Infantil municipal, 30 anos após a

instalação da primeira Escola Maternal. Em 1949, um jovem de apenas 19 anos, José Carlos de Almeida, estudante de Educação Física na Universidade de São Paulo, conheceu os parques infantis em São Paulo e achou interessante e útil levar a ideia para Sorocaba. Durante o curso na USP, a presença do professor Antonio Boaventura da Silva ficou esculpida em sua vida de aluno. Disse ele: “Através de suas orientações educacionais e sociais, tive a idéia de iniciar a campanha de criação dos Parques Infantis em Sorocaba.” (fonte?). Assim, a campanha foi iniciada por meio de mensagens em rodapés do jornal *Cruzeiro do Sul*, em 1953. Eram frases que alertavam as autoridades e a população sobre a necessidade e os benefícios que os parques infantis trariam principalmente aos bairros, solucionando um problema social que, na época, tendia a se ampliar: eram mães de poucos recursos que não tinham onde deixar seus filhos menores, visto que trabalhavam, crianças que precisavam de educação, de orientações e até de alimentação.

O prefeito da época, Emerenciano Prestes de Barros, sabendo das notas nos jornais, convocou o Professor José Carlos de Almeida para saber mais sobre o assunto, demonstrando interesse político e social, resolvendo, então, concretizar o projeto. Os políticos da época queriam que o primeiro parque fosse construído na Avenida São Paulo, ao lado da igreja Santo Antônio, por ser esse um local de fácil acesso e de saída para a capital do Estado, mas houve resistência por parte do padre. Então, o pai do prefeito, Quinzinho de Barros, doou 1.500 metros de terras para a construção do parque, no fim da Rua dos Morros (hoje Avenida Coronel Nogueira Padilha, Vila Hortência).

Por outro lado, o bonde que fazia a linha do Bairro Além Ponte ia até a Rua Assis Machado, que ficava a algumas quadras de onde seria instalado o parque, sendo então estendida para facilitar a ida das pessoas que teriam que utilizá-lo para trabalhar ou levar os filhos, além do que o bairro havia crescido muito, principalmente com a vinda de imigrantes e a venda de terrenos populares.

As professoras da época, que não eram muitas, souberam da inauguração do parque e se interessando em dar aulas ali, procuraram o prefeito ou políticos, em busca de uma vaga. Antes de iniciar as atividades com as crianças, elas participaram, como estagiárias, das rotinas de Educação Infantil na Pré-Escola Municipal “Leonor Mendes de Barros”, na cidade de Santos, observando as atividades desenvolvidas e a prática pedagógica.

Em 14 de setembro de 1954 – quase um mês após a cidade festejar o seu terceiro centenário (15 de agosto de 1654) – foi inaugurada a instituição, com a presença do prefeito, da sua esposa, de familiares, políticos e da população em geral. O Professor José Carlos de Almeida era um dos professores (de Educação Física), juntamente com as primeiras professoras: Ângela Oliveira Bella, Maria Domingas Tótor, Maria Eneidy Falcato e Marília Hummel. A direção foi assumida pela diretora de uma escola estadual, Lucy de Barros Nardy, emprestada à Prefeitura para o cargo. Eram atendidas 500 crianças de 3 a 12 anos. Em 14 de dezembro de 1954, passou a se denominar Parque Infantil “Antonio Carlos de Barros”, dispondo de uma boa estrutura física, com salas amplas, canteiros com flores, *playground*, piscina, tanque de areia, casinha de bonecas, diretora, professor de Educação Física, professoras recreacionistas, serventes, cozinheiras e atendimento médico e odontológico permanente.

Representantes do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo iam a Sorocaba ministrar *Cursos de Recreação Infantil* aos professores, passando, depois, essa tarefa para a Divisão de Educação Física do Estado de São Paulo. Os idealizadores atribuíram ao parque infantil tríplice finalidade: assistir, educar e recrear, mediante organização própria e de acordo com as necessidades imediatas dos seus frequentadores. A Educação Física era controlada por médicos, procurando desenvolver atividades adequadas às crianças, consistindo na organização de pequenos torneios para estimular a afetividade no grupo social e incentivar a solidariedade humana; os jogos infantis serviam, ao mesmo tempo, para recrear, despertar um sentimento de luta e solidificar o companheirismo fraternal. A educação moral deveria inculcar na criança o conceito de comportamento social, o sentido de justiça e de lealdade, a noção de dever no parque, na escola, no lar e na sociedade.

O parque funcionava, normalmente, de segunda a sábado, das 8 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas. Com o tempo excluiu-se o sábado como dia de trabalho. As férias não eram coletivas, havia escala de professoras e não eram colocadas substitutas nas salas, para não onerar a Prefeitura. As classes eram divididas entre as outras professoras ou com a diretora que, muitas vezes, ministrava aulas.

O uniforme usado pelas professoras na época era saia evasê azul-marinho, passando depois para cinza, blusa branca com botões na frente,

gola esporte (tecido tipo piquê). No bolso da blusa havia um bordado em azul e vermelho com as iniciais PI – Parque Infantil, sapato fechado, tipo sapatilha. Segundo depoimento das professoras, elas eram muito elegantes e discretas. Com o passar do tempo, houve a necessidade do uso de calça comprida, tecido tergal, por ser mais apropriado à recreação, para que assim pudessem correr, brincar e se sentar no chão. As professoras iam trabalhar de saia e faziam a troca da saia pela calça comprida no parque. Elas sofreram muitos preconceitos e receberam críticas por parte da comunidade com relação ao uso de calça comprida, pois, na época, poucas mulheres usavam. Buscavam, ainda, levantar recursos desenvolvendo diversas atividades como festas, quermesses, jogos, etc. para a compra de materiais didáticos, uniformes, presentes para as crianças e pequenas manutenções na escola.

O uniforme das crianças compreendia: calção azul-marinho (o das meninas tinha elástico nas pernas), camisa branca e boné branco. Embora o uso do uniforme não fosse obrigatório, as professoras gostavam de falar aos pais sobre a importância do mesmo. Naquele tempo, não havia muita qualidade com relação à merenda escolar: geralmente era sopa pronta e leite em pó.

A convite do prefeito, a Professora Maria Rodrigues Gomes (Mara) assumiu a direção daquele parque infantil no dia 13 de dezembro de 1955. Tratava-se de uma jovem de apenas 22 anos que, apesar da pouca idade, tinha muita criatividade e firmeza, tanto para lidar com a parte administrativa, quanto com a pedagógica. Permaneceu no cargo até a sua aposentadoria em 1981.

As visitas das autoridades eram frequentes e marcavam o cotidiano da instituição. Segundo a Professora Maria Rodrigues Gomes (Dona Mara),¹ ex-diretora da instituição, “era freqüente os sucessivos prefeitos levarem autoridades políticas, eclesiásticas e educacionais, ao Parque Infantil e eram sempre homenageados pelas crianças e professoras. Junto ao corpo docente e discente, estas pessoas públicas deixavam evidente o apreço pela instituição”. O parque infantil obedecia às determinações de ordem nacional e preparava os alunos para o cultivo do respeito à Pátria e aos ideais como conduta da civilização brasileira.

¹ Maria Rodrigues Gomes (Dona Mara). Professora desde 1954 e diretora de 1955 a 1981. Entrevista concedida à autora, em 26 de junho de 2003.

Havia pouca diversidade de material didático, usavam-se sucatas, sobra de papéis de propagandas, restos de lápis dos filhos das professoras, porém, mesmo assim, as atividades pedagógicas eram bem-variadas: educação musical, educação artística, desenhos, jogos esportivos, jogos de mesa (tipo xadrez, dama, percurso), brincadeiras, histórias infantis (contadas ou escutadas com discos), ginástica, danças infantis, recitação e poesia. No parque existia uma piscina, muito apreciada pelas crianças, principalmente pelas maiores. Havia, ainda, um tanque de areia, escorregador, balanço, gangorra, casinha de bonecas e uma quadra de esportes.

Eram também muito trabalhadas, na parte pedagógica, as datas comemorativas (Dia das Mães, dos Pais, Páscoa, Dia do Índio, Semana da Pátria e Natal). Participavam do desfile de *7 de Setembro* pelas ruas centrais da cidade, com blocos temáticos. Pedagogicamente era usado o material da “tia Corina”, orientado por Dona Araci, chefe da Divisão de Educação Infantil de São Paulo.

Contava-se muito com o idealismo das educadoras, com a orientação do Departamento de Educação Física e Esportes de São Paulo (Defe), as quais realizavam cursos intensivos, anualmente, com o incentivo e o apoio da chefia da Divisão de Recreação Infantil (Deri), de Sorocaba – Professora Maria de Souza Del Cistia.

Desde a sua inauguração, o parque recebia crianças de 3 a 12 anos de idade, para que as crianças maiores não ficassem na rua. As turmas eram compostas de 40, 60 e até de 80 alunos. Os maiores iam ao parque em um período e, no outro, iam à escola regular. O estabelecimento era como um reforço para elas. No início da década de 70 (séc. XX), resolveu aceitar crianças só até 10 anos, pois a procura pelos maiores não era grande e também pelo fato de essas só se interessarem pela natação e grandes jogos, dificultando o bom atendimento pedagógico com os menores. Em meados de 1970, a faixa etária passou a ser de 4 a 6 anos de idade.

A ideia de construção desse primeiro parque infantil foi feliz. Hoje, mais do que o seu plano inicial, os 86 Centros de Educação Infantil (CEIs) – ex-parques infantis – são escolas ideais para a Educação Infantil em nossa cidade. Só isso já valeria uma homenagem nossa, de educadores, atuando na Educação Infantil, ao Professor José Carlos de Almeida, o pioneiro idealizador de uma escola voltada exclusivamente a crianças e adolescentes.

Referências

- BRASIL. Lei 9.394/96. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. *Características do Referencial Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC; SEF, 1998. v. 3.
- CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. *Creches e pré-escolas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993.
- DECCA, M. A. G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo: 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 2001.
- DEL PRIORE, M. (Org.). *Histórias das crianças no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- FARIA, A. L. G. *Direito à infância: Mário de Andrade e os parques infantis para as crianças de famílias operárias na cidade de São Paulo (1935-1938)*. 1993. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 1993.
- FREITAS, M. C. de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.
- KAMII, C. *Jogos em grupo na Educação Infantil: implicações da teoria de Piaget*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- KISHIMOTO, T. M. *A pré-escola em São Paulo: 1877 a 1940*. São Paulo: Loyola, 1988.
- _____. Escolarização e brincadeira na Educação Infantil. In: SOUZA C. P. de (Org.). *História da educação: processos, práticas e saberes*. São Paulo: Escrituras, 1998.
- _____. Educação Infantil integrando pré-escola e creches na busca da socialização da criança: Brasil 500 anos: tópicos em história da educação. In: VIDAL, Diana G.; HILSDORF, Maria L. Spedo. *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: Edusp, 2001.
- KRAMER, S. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.
- KUHLMANN JÚNIOR, M. Educando a infância brasileira. In: FARIA FILHO, L. M. de (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 469-496.
- MIRANDA, Nicanor. *O significado de um parque infantil em Santo Amaro*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.

OLIVEIRA, S. C. de. *Os espanhóis*. Sorocaba: TCM, 2002.

OLIVEIRA, Z. R. de. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.

Recebido em 31 de maio de 2010 e aprovado em 7 de junho de 2010.